



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**21/09/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
1.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	2
2.2. CORREIÇÕES.....	3
2.3. POSSE.....	4 - 5
2.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	7
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. POSSE.....	8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	9 - 10
5.2. DESEMBARGADORES.....	11 - 12
5.3. POSSE.....	13
5.4. VARA DA MULHER.....	14

## FÓRUM DO CALHAU

## Biblioteca recebe 110 obras jurídicas em doação de editora

A Biblioteca do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, recebeu 110 obras de Direito, doadas pela editora Juspodivm. O valor total estimado do conjunto de obras jurídicas é de R\$ 5,5 mil. A editora, localizada em Salvador (BA), é especializada em publicação de livros jurídicos e para concursos. Os títulos foram solicitados pelas bibliotecárias do fórum com o propósito de satisfazer pedidos dos próprios servidores.

"Estamos muito felizes com a doação feita pela renomada editora Juspodivm que, prontamente, nos atendeu. A maior alegria de um profissional de Biblioteconomia é poder oferecer informação atualizada, precisa e de qualidade aos nossos usuários", ressalta a analista judiciária - bibliotecária, Rita de Cássia Silva Barroso, que responde pela divisão.

Direito do Trabalho, Direito Processual Civil e Estudos Dirigidos ao seletivo da OAB fazem parte do conjunto de obras que já estão fazendo sucesso entre os usuários. O servidor da, Orozimo Nonato Vale, que está cursando o 4º período do curso de Direito, já veio conferir as novidades.

"Gostei bastante dos exemplares doados ao setor. Elas vão me ajudar demais no curso, principalmente na época de provas", afirma o servidor da 3ª Vara do Tribunal do Júri Orozimo Vale, que é estudante de Direito e frequenta a biblioteca do fórum desde a sua criação, no fim da década de 80.

"Fizemos tudo isso pensan-

do nos nossos usuários. O recebimento das obras ocorreu de forma bastante rápida e simples. No entanto, o empenho do nosso diretor foi fundamental para recebermos esta valiosa doação", diz a analista judiciária - bibliotecária Jakelina Portugal Fonsêca sobre a importância do apoio oferecido pelo juiz diretor do fórum, Sebastião Joaquim Lima Bonfim.

Anualmente, a Divisão de Biblioteca envia ao Tribunal de Justiça do Maranhão uma relação de títulos elaborada a partir de sugestões dos servidores, além de pesquisas feitas pelas bibliotecárias em sites de conceituadas editoras no ramo jurídico. Já foi devidamente autorizada pelo presidente do TJMA, des. Guerreiro Júnior, a compra de livros para o setor, neste segundo semestre, mediante processo de licitação.

"Estamos renovando todo o acervo da nossa biblioteca. Reuniremos todos os esforços possíveis para que ela venha a se tornar referência no Poder Judiciário do Maranhão", garante o juiz Sebastião Bonfim.

Consultas e empréstimos - As novas obras já estão disponíveis para consultas locais e empréstimos domiciliares, na Biblioteca do Fórum, instalada no 5º andar do prédio anexo. O servidor poderá permanecer com até três livros pelo período máximo de sete dias, podendo ser prorrogado por igual período, por meio da intranet do fórum ou do site do TJMA, no link sistema Siabi.

# FERJ recebe parte da arrecadação do leilão judicial de veículos

Recursos são oriundos do leilão de 108 veículos, realizado em julho deste ano

O Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário do Maranhão (FERJ) recebeu ontem R\$ 97.848,50 da arrecadação total do leilão judicial de 108 veículos, promovido pelo Fórum da Comarca de São Luís em 27 de julho deste ano. Os recursos vão ser aplicados em investimentos nos serviços judiciais no Estado.

O alvará judicial de liberação do repasse foi assinado pelo juiz Sebastião Bonfim, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, e entregue à diretora do FERJ, Celerita Dinorah, na presença de representantes do Banco do Brasil, autorizado a receber o depósito judicial.

O juiz destacou a importância do leilão para a Justiça, com a desocupação do espaço no depósito judiciário, e para as partes, com a preservação do valor do bem apreendido. "Esse montante corresponde ao valor arrecadado no leilão da venda dos lotes em que não foi possível saber a que processos pertencem. Caso a identificação venha a ocorrer, a parte será ressarcida",

informou o juiz, durante o ato de prestação de contas da arrecadação do leilão.

Segundo a diretora do FERJ, o valor recebido vai reforçar a receita do fundo, que tem como meta chegar a R\$ 10 milhões ao mês, na gestão do presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. "Essa medida demonstra que tanto a administração do tribunal quanto os juízes estão comprometidos em incrementar a arrecadação da receita do FERJ, que será revertida em investimentos nos serviços da Justiça", ressaltou a diretora.

**Leilão** - O leilão judicial arrecadou R\$ 636,312,00 com o arremate de 108 lotes de veículos apreendidos em processos judiciais vinculados às varas cíveis, criminais, da fazenda pública e juizados especiais cíveis de São Luís. Desse total, a Justiça recolheu o saldo líquido de R\$ 500.318,85, descontados os valores relativos a despesas com impostos e multas.

Desse montante líquido, R\$ 393,002,65 foram destinados às contas judiciais das varas de origem dos processos em tramitação cujos bens foram identificados. Os demais lotes arrecadaram R\$ 97.848,50, mas como não foram identificados os proces-

sos aos quais os bens pertencem, esse valor será destinado ao FERJ. Mais R\$ 12.441,00 vão ser utilizados no pagamento das despesas operacionais com o leilão. O leiloeiro fica com a comissão de 5% do valor arrematado, pago pelo arrematante do bem.

**Recomendação** - O leilão ocorreu sem ônus para o Judiciário, seguindo orientação do CNJ, que na Recomendação nº 30/2010 determina aos juízes de 1º grau a alienação antecipada dos bens apreendidos nos casos em que as mercadorias estão perdendo o valor real que tinham na data da apreensão, por desuso, deterioração ou depreciação, com o objetivo de preservar o valor para as partes.

Segundo informações da diretoria do fórum, dentre os veículos leiloados estavam um Land Rover avaliado em R\$ 17.400,00 que foi arrematado por R\$ 56.500,00 e um GM Omega 2004/2004, blindado, com valor mínimo de R\$ 12.000,00, arrematado por R\$ 24.500,00. O valor de avaliação dos bens leiloados foi contabilizado em R\$ 207,042,00. O diretor do fórum anunciou, para o mês de outubro, após as eleições, que será realizado novo leilão, desta vez com 111 motos.



## Inspeção

**O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, está visitando as comarcas de Parnarama, Matões e Timon. Ele fará inspeção nas duas primeiras e se reunirá com juízes em Timon. Durante a visita, o corregedor Cleones Cunha conhecerá as instalações físicas da Justiça nestes locais e conversará com os juízes sobre as atividades das unidades judiciais, com base em dados de relatórios. Os juízes podem expor os problemas, soluções e sugestões acerca das atividades e instalações físicas da Justiça na sua comarca. O juiz titular da comarca de Parnarama é Manoel Felismino Gomes Neto.**

**A 4ª VARA** do Tribunal do Júri de São Luís tem novo juiz: José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que respondia pela unidade desde o dia 3 de setembro e foi titularizado na última quinta-feira pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão em exercício, desembargadora Maria dos Remédios Buna.

## Heluy Júnior é o novo juiz da 4ª Vara do Júri de SL

José Ribamar Goulart Heluy Júnior é o novo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. O magistrado, que respondia pela unidade desde o dia 3 deste mês, foi titularizado ontem pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão em exercício, desembargadora Maria dos Remédios Buna.

Heluy Júnior ingressou na magistratura em maio de 1993. Trabalhou nas comarcas de Santa Inês, Matinha, Santa Luzia e Pinheiro até chegar à capital (2009), onde respondeu pelas 2ª e 7ª Varas Cíveis; Auditoria Militar, 2ª e 3ª Varas de Família e 1ª e 2ª Varas do Júri.

A 4ª Vara do Tribunal do Júri foi criada em novembro de 2011 e iniciou suas atividades em janeiro deste ano. “É uma vara instalada recentemente, que assumiu competências e absorveu muitos processos oriundos de outras varas. Portanto, temos grandes desafios pela frente e o compromisso de realizar 44 júris até o fim de outubro”, disse o magistrado.

A titularização foi acompanhada pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa, que também foi titular da vara.

Divulgação



Heluy, juiz do Tribunal do Júri

ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇAAVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2012  
Processo nº. 6658/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão toma público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE (GRUPO)**, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), visando à contratação de empresa para fabricação, embalagem, armazenagem, distribuição e montagem de bens permanentes para os diversos setores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no dia **05/10/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 19 de setembro de 2012.

André de Sousa Moreno  
Pregoeiro TJ/MA



# Escapando

*O deputado Hemetério Weba obteve liminar do Tribunal de Justiça, que lhe garante prosseguir candidato a prefeito de Nova Olinda. Teve o registro indeferido pelo Tribunal Regional Eleitoral, por reprovação de suas contas pela Câmara Municipal, quando era prefeito. Porém, recorreu ao TJ e conseguiu manter a candidatura de pé, “furando” o olho da Lei da Ficha Limpa.*

## Em São Luís

### 4ª Vara do Tribunal do Júri tem novo titular

José Ribamar Goulart Heluy Júnior é o novo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. O magistrado, que respondia pela unidade desde o dia 3 de setembro de 2012, foi titularizado nesta quinta-feira (20), pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão em exercício, desembargadora Maria dos Remédios Buna.

Heluy Júnior ingressou na magistratura em maio de 1993. Trabalhou nas comarcas de Santa Inês, Matinha, Santa Luzia e Pimenteiro até chegar à capital (2009), onde respondeu pelas 2ª e 7ª Varas Cíveis;

Auditoria Militar, 2ª e 3ª Varas de Família e 1ª e 2ª Varas do Júri.

A 4ª Vara do Tribunal do Júri foi criada em novembro de 2011 e iniciou suas atividades em janeiro deste ano. "É uma vara instalada recentemente, que assumiu novas competências e absorveu muitos processos oriundos de outras varas. Portanto, temos grandes desafios pela frente e o compromisso de realizar 44 júris até o final de outubro", diz o magistrado.

A titularização foi acompanhada pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa, que também foi titular da vara.

❖❖ No Fórum de João Lisboa, mais de 30 pessoas compareceram, na manhã da terça-feira (18), para participar da campanha “À Justiça corre nas veias”. O projeto foi deflagrado pela 2ª Vara da comarca para incentivar a doação de sangue.

❖❖ Idealizada por um técnico judiciário da unidade, Herberth Alessandro da Cunha Machado, e aprovada pelo titular da 2ª Vara, juiz Márlon Jacinto Reis, a campanha contou com a parceria do Hemomar de Imperatriz, que deslocou a equipe para as dependências da Justiça em João Lisboa.

## **SÃO VICENTE FÉRRER**

### ***Bloqueio de recursos municipais garante pagamento de salários dos servidores***

A pedido do Ministério Público do Maranhão, o juiz da comarca de São Vicente Férrer determinou, na quarta-feira (19), o bloqueio de repasses de recursos ao município para garantir o pagamento de salários atrasados dos servidores municipais, que, em alguns casos, estão há até 21 meses sem receber os seus vencimentos. Há uma outra parte da categoria cujos salários estão atrasados há sete e a nove meses.

Na decisão, o juiz Artur Azevedo do Nascimento mandou bloquear 60% das cotas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e do SUS (Sistema Único de Saúde), até que seja efetuado o pagamento dos salários atrasados de todos os servidores do município.

Autor do pedido, o promotor de Justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves já tinha, em diversos procedimentos administrativos e medidas judiciais anteriores, buscado o pagamento dos salários atrasados dos servidores, por meio de uma Recomendação ao prefeito João Batista Freitas, além de uma ação para afastá-lo do cargo.

Nesta decisão, que resultou no bloqueio dos recursos de São Vicente Férrer, a promotoria ajuizou uma Ação de Execução de Termode Ajustamento de Conduta, firmado com o município em maio de 2012, e que foi descumprido.

Segundo o juiz, a omissão por parte da Administração Municipal no cumprimento do TAC “gera gravíssimo dano aos servidores municipais, já que estes necessitam dos pagamentos de seus salários para prover o sustento de suas famílias”.

## **2ª Vara**

Desde a transferência do juiz Clésio Cunha para São Luís que a 2ª Vara em Caxias está acéfala... Quer dizer, uma vara cível numa cidade do tamanho da Princesa do Sertão sem um magistrado titular na mesma...

## **Celeridade**

...Agora imagine o tamanho da demanda e os problemas daí resultados com uma Justiça que já não é essa coca-cola toda em celeridade... A quantidade de reclamações por falta de informação de processos em andamento vai acabar endoidando os servidores...

## **Omissão**

...Advogados locais também apontam omissão da Subseção local da OAB para pressionar o TJ-MA a agilizar a definição de um titular para a 2ª Vara caxiense.



## *Lourival Serejo representa TJ MA em jornada de ouvidores no RS*

O desembargador Lourival Serejo, ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, participou da I Jornada de Ouvidores e Ouvidorias Públicas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre (RS), no dia 14 deste mês.

O evento teve como objetivo aprimorar e compartilhar experiências sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria do Judiciário. Serejo foi acompanhado pelo supervisor da Ouvidoria, René Carvalho Bayma.

“O evento agregou conhecimentos quanto à aplicação da Lei de Acesso à Informação. As boas práticas observadas por outras unidades servirão de parâmetro para melhorar nossas atividades,

a exemplo de novas ferramentas para o aprimoramento do nosso sistema de informática”, ressalta o ouvidor.

**Jornada** – O evento foi desenvolvido em dois módulos, com palestras e apresentação de casos concretos e temas vivenciados nas ouvidorias públicas de todo o país. Participaram ouvidores e servidores que atuam nos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

Entre os principais temas discutidos na jornada incluem-se “A estrutura da ouvidoria do Ministério Público”, “A ouvidoria autônoma como instrumento de mudança” e “Princípios constitucionais aplicáveis à ouvidoria”.

## 4ª Vara do Tribunal do Júri tem novo titular

José Ribamar Goulart Heluy Júnior é o novo juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís. O magistrado, que respondia pela unidade desde o dia 3 de setembro de 2012, foi titularizado nesta quinta-feira (20), pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão em exercício, desembargadora Maria dos Remédios Buna.

Heluy Júnior ingressou na magistratura em maio de 1993. Trabalhou nas comarcas de Santa Inês, Matinha, Santa Luzia e Pinheiro até chegar à capital (2009), onde respondeu pelas 2ª e 7ª Varas Cíveis; Auditoria

Militar, 2ª e 3ª Varas de Família e 1ª e 2ª Varas do Júri.

A 4ª Vara do Tribunal do Júri foi criada em novembro de 2011 e iniciou suas atividades em janeiro deste ano. “É uma vara instalada recentemente, que assumiu novas competências e absorveu muitos processos oriundos de outras varas. Portanto, temos grandes desafios pela frente e o compromisso de realizar 44 júris até o final de outubro”, diz o magistrado.

A titularização foi acompanhada pelo desembargador Raimundo José Barros de Sousa, que também foi titular da vara.

## IMPERATRIZ

# Vara da Mulher e Procuradoria do Trabalho beneficia vítimas de violência doméstica

A Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e o Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Geral do Trabalho, em Imperatriz, realizaram, na quarta-feira (19), um evento integrante do projeto "Justiça Social: Além dos Limites Processuais".

Mulheres vítimas de violência doméstica, que integram o projeto, receberam kits de cabeleireiro, como instrumentos para inserção no mercado de trabalho e geração de renda. Essas mulheres concluíram os cursos profissionalizantes oferecidos por meio de parcerias com outras instituições.

O Ministério Público do Trabalho – Procuradoria do Trabalho em Imperatriz –, por meio do procurador do Trabalho Ítalo Igo Ferreira Rodrigues, iniciou a destinação de valores indenizatórios provenientes de Termos de Ajuste de Conduta (TACs) ou de decisões da Justiça do Trabalho para beneficiar vítimas com situação judicializada atendidas pelo projeto na Vara Especializada de



Juíza Sara Fernanda Gama e o procurador Ítalo Igo Ferreira Rodrigues com os kits distribuídos

Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Ítalo Rodrigues ressaltou que a reversão dos valores de indenização por dano moral coletivo em prol da comunidade local atende à finalidade das normas de tutela coletiva. "Quando isso

ocorre no bojo de um projeto voltado à qualificação profissional do público atendido pelo projeto da Vara da Mulher, há a possibilidade concreta de resgate dessas trabalhadoras do círculo de violência a que estavam submetidas, já que o trabalho

é sabidamente um instrumento de concretização da dignidade humana", observou.

Uma vez que se capacita mulheres para inserção no mercado de trabalho, evita-se a exposição do seu núcleo familiar a uma situação de maior vulnerabilidade social, como o trabalho infantil. Sendo assim, as crianças e adolescentes, também, não ficam tão expostas ao risco de exploração no trabalho precoce.

"Essas parcerias viabilizam a mudança da realidade social das vítimas de violência doméstica e familiar, contribuindo para a quebra do ciclo de violência, bem como para o aumento da autoestima e empoderamento dessas mulheres", ressaltou a juíza Sara Fernanda Gama.

O projeto "Justiça Social: Além dos Limites Processuais" visa o empoderamento das mulheres, contribuindo com ações afirmativas, tais como a inserção das vítimas em cursos profissionalizantes para consequente inclusão das mesmas no mercado de trabalho.